



**Migração Digital em
Moçambique Transformado
em Negócio Privado em
Detrimento de Serviço Público?**

***Digital Migration in
Mozambique Turned into
a Private Business Instead
of a Public Service?***

Migração Digital em Moçambique Transformado em Negócio Privado em Detrimento de Serviço Público?

***Digital Migration in Mozambique
Turned into a Private Business Instead
of a Public Service?***

FICHA TÉCNICA / DATASHEET

MISA-Moçambique / MISA-Mozambique

Título / Title: Migração Digital em Moçambique Transformado em Negócio Privado em Detrimento de Serviço Público?
Digital Migration in Mozambique Turned into a Private Business Instead of a Public Service?

Pesquisador / Research: Borges Nhamirre

Revisão Linguística / : Salvador Isaías

Tradução / Translation: Custódio Mondlane

Produção Gráfica / Graphic Design: António Xerinda

© MISA– Maputo,

Como citar o documento / How to cite the document: Nhamirre, B. (2022). Migração Digital em Moçambique Transformado em Negócio Privado em Detrimento de Serviço Público?. MISA: Maputo

Nhamirre, B. (2022). Digital Migration in Mozambique Turned into a Private Business Instead of a Public Service?. MISA: Maputo

Contactos / Contacts:

Morada / Address:

Malhangalene, Rua da Sociedade dos Estudos n°112

Caixa Postal / PO BOX: 615

Maputo, Moçambique

Telefone: +258 21423839

E-mail: info@misa.org.mz

www.misa.org.mz

Isenção de Responsabilidade / Disclaimer

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro do Alto Comissariado do Canadá através do Fundo Canada para Iniciativas Locais (FCIL). O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do autor e do MISA Moçambique e não reflecte necessariamente a opinião do Alto Comissariado do Canadá

This publication was produced with the financial support of the High Commission of Canada through Canada Fund for Local Initiatives (CFLI). Its contents are the sole responsibility of author and MISA Mozambique and do not necessarily reflect the views of the High Commission of Canada

Resumo

Moçambique concluiu, a 10 Dezembro de 2021, o processo de migração digital da radiodifusão televisiva, com seis anos de atraso, em relação ao prazo inicialmente estabelecido pela União Internacional das Telecomunicações (UIT), que era 17 de Junho de 2015. Ao introduzir a migração digital em todos os estados-membro, a UIT pretendia melhorar a qualidade e a abrangência dos serviços de televisão, com melhor qualidade de som e imagem e possibilidade de alcançar mais pessoas. Neste artigo, analisa-se o processo de migração digital em Moçambique, tendo em conta os objectivos pretendidos pela UIT e o direito universal de acesso à informação. O argumento central do artigo é de que a migração digital foi transformada em negócio privado, em benefício das elites político-económicas, pondo em causa o interesse público de acesso aos serviços televisivos de qualidade. Demonstra-se que as elites políticas e governantes, aliadas ao capital estrangeiro, usaram a migração digital como oportunidade de realização de negócio para as suas empresas, que foram concessionadas, em processos manipulados, à gestão do serviço público de distribuição do sinal digital de televisão. Para os cidadãos, a migração digital trouxe custos com a aquisição de descodificadores (*set-top-box*) usados para converter o sinal digital em receptores analógicos, mas também representa custo para o erário público com o serviço da dívida contraída pelo Governo para financiar a aquisição da tecnologia digital. Por outro lado, as televisões privadas, que são produtoras de conteúdos, estão a ser cobradas valores monetários acima das suas capacidades financeiras, para que os seus conteúdos possam ser difundidos através da Empresa de Transporte, Multiplexação e Transmissão (TMT), responsável pela migração digital. Tudo isso representa risco de exclusão da parte dos cidadãos moçambicanos no acesso aos serviços de televisão, devido a transformação de um serviço público em negócio privado. Metodologicamente, o artigo é resultado de pesquisa documental e de entrevistas realizadas a pessoas informadas sobre o processo de migração digital em Moçambique.

Abstract

Mozambique concluded, on 10 December 2021, the digital migration process of television broadcasting, six years behind the deadline initially set by the International Telecommunication Union (ITU), which was 17 June 2015. By introducing digital migration in all member states, the ITU intended to improve the quality and coverage of television services, with better sound and image quality and the possibility of reaching more people. This article analyses the digital migration process in Mozambique, taking into account the ITU's intended goals and the universal right of access to information. The central argument of the article is that digital migration has been turned into a private business for the benefit of political-economic elites, jeopardising the public interest of access to quality television services. It is shown that the ruling political elites allied with foreign capital, used the digital migration as an opportunity to conduct business for their companies, which were granted concessions, in manipulated processes, to manage the public service of distribution of the digital television signal. For citizens, digital migration brought costs with the acquisition of set-top-boxes used to convert the digital signal into analogue receivers, but it also represents a cost for the public purse with the debt service contracted by the Government to finance the acquisition of digital technology. On the other hand, private televisions, which are content producers, are being charged money above their financial capacity so that their content can be broadcast through the Empresa de Transporte, Multiplexação e Transmissão (TMT), responsible for the digital migration. All this represents a risk of exclusion of Mozambican citizens from access to television services, due to the transformation of a public service into a private business. Methodologically, the article is the result of desk review and interviews conducted with people informed about the digital migration process in Mozambique.

Introdução

Moçambique desligou, no 10 de Dezembro de 2021, os últimos emissores analógicos de televisão, marcando assim a conclusão do processo de migração da radiodifusão televisiva de analógica para digital¹. Alinhado com os objectivos da União Internacional das Telecomunicações (UIT) de que Moçambique é estado-membro, o Governo moçambicano considera a migração digital uma oportunidade para maior acesso à televisão pelos moçambicanos, uma vez que o sistema analógico não tinha uma cobertura em todo o território nacional, contrariamente ao sistema digital que oferece possibilidades tecnológicas de acesso à televisão, em qualquer parte do país, através de provedores que operam diversas plataformas de distribuição².

Entretanto, para aceder ao sinal de televisão digital em qualquer ponto do país, o aparelho receptor (televisor) deve possuir a capacidade de conversão de sinal digital, ou estar conectado a um descodificador de sinal digital, um dispositivo externo que deve ser adquirido junto dos provedores de sinal de televisão. Há um extracto da população moçambicana que já vinha usando a televisão digital através de provedores comerciais, mas a maioria da população de baixa renda, ainda usava a televisão analógica.

Dados do censo populacional de 2017 indicam que cerca de 1,3 milhão de agregados familiares (22%) possuem um televisor³. Antes da migração digital, existiam, em Moçambique, cinco empresas provedoras de sinal de televisão digital, nomeadamente, a TV Cabo, DSTV, GOTV, ZAP e StarTimes. Estes serviços são pagos, partindo do preço mínimo de cerca de 500 meticais por mês mais a aquisição ou aluguer de descodificador do sinal, com custo fixo de cerca de 1000 meticais.

A maioria da população moçambicana usava sinal de televisão aberto, captando sinal de televisão através de receptores de sinal analógico. Ou seja, bastava adquirir um televisor e uma pequena antena de recepção de sinal terrestre para aceder ao sinal de televisão dos canais abertos. Mas, com a migração digital, a maioria dos televisores deixam de ter acesso ao sinal de televisão sem que seja associada a uma rede detida por uma empresa de distribuição de sinal, levantando preocupação sobre como a migração digital irá afectar, negativamente, o acesso à televisão pelos moçambicanos e, consequentemente, pôr em causa o exercício do direito à informação, um direito humano e fundamental nos termos do artigo 48 da Constituição da República de Moçambique.

A migração digital foi decidida em conferência da UIT realizada em Genebra, em Junho de 2006, que fixou princípios técnicos e os prazos para a migração da radiodifusão televisiva (Televisão) digital, para Junho de 2015⁴.

Introduction

Mozambique switched off, on 10 December 2021, the last analogue television transmitters, thus marking the conclusion of the migration process of television broadcasting from analogue to digital¹. Aligned with the objectives of the International Telecommunication Union (ITU) of which Mozambique is a member state, the Mozambican government considers digital migration an opportunity for Mozambicans to have greater access to television, since the analogue system did not have coverage throughout the country, unlike the digital system which offers the technological possibility of access to television, anywhere in the country, through providers that operate several distribution platforms².

However, to access the digital television signal anywhere in the country, the receiver (television set) must have digital signal conversion capability, or be connected to a digital signal decoder, an external device that must be purchased from the television signal providers. There is a section of the Mozambican population that was already using digital television through commercial providers, but the majority of the low-income population was still using analogue television.

Data from the 2017 population census indicates that about 1.3 million households (22%) own a television³. Before the digital migration, there were five companies providing digital television signal in Mozambique, namely, TV Cabo, DSTV, GOTV, ZAP and StarTimes. These are pay services, starting from a minimum price of about 500 meticais per month plus the acquisition or rental of a signal decoder, with a fixed cost of about 1000 meticais.

The majority of the Mozambican population used open television signal, capturing television signal through analogue signal receivers. In other words, it was enough to acquire a television set and a small terrestrial signal reception antenna to access the television signal from open channels. But with digital migration, most television sets will no longer have access to the television signal without being associated to a network owned by a signal distribution company, raising concern about how digital migration will negatively affect access to television by Mozambicans and consequently jeopardize the exercise of the right to information, a human and fundamental right under Article 48 of the Constitution of the Republic of Mozambique.

Digital migration was decided at an ITU conference held in Geneva in June 2006, which set technical principles and deadlines for the migration of digital television broadcasting to June 2015⁴.

1 - INCM (2021). Migração digital - CONCLUSÃO DO DESLIGAMENTO DOS EMISSORES DE TELEVISÃO ANALÓGICOS. Comunicado de Imprensa.

2 - INCM (2020). PR em Cazuzu: TV via satélite contribui para redução do fosso digital. Disponível em <https://www.incm.gov.mz/index.php/sala-de-imprensa/noticias/405-pr-em-cazuzu-tv-via-satelite-contribui-para-reducao-do-fosso-digital> [consultado a 02 de Dezembro de 2021]

3 - INE (2019). Resultados do Censo 2017 - apresentação final. Disponível em <http://www.ine.gov.mz/iv-rgh-2017/mocambique/apresentacao-resultados-do-censo-2017-1/view> [consultado a 02 de Dezembro de 2021]

4 - Matimbe, A. (2015) Moçambique Falha Prazo de Migração Digital, disponível em <https://radialistamocambique.wordpress.com/2015/07/07/mocambique-falha-prazo-de-migracao-digital/> [consultado a 31 de Dezembro de 2021]

1 - INCM (2021). Migração digital - CONCLUSÃO DO DESLIGAMENTO DOS EMISSORES DE TELEVISÃO ANALÓGICOS. Comunicado de Imprensa.

2 - INCM (2020). PR em Cazuzu: TV via satélite contribui para redução do fosso digital. Disponível em <https://www.incm.gov.mz/index.php/sala-de-imprensa/noticias/405-pr-em-cazuzu-tv-via-satelite-contribui-para-reducao-do-fosso-digital> [consultado a 02 de Dezembro de 2021]

3 - INE (2019). Resultados do Censo 2017 - apresentação final. Disponível em <http://www.ine.gov.mz/iv-rgh-2017/mocambique/apresentacao-resultados-do-censo-2017-1/view> [consultado a 02 de Dezembro de 2021]

4 - Matimbe, A. (2015) Moçambique Falha Prazo de Migração Digital, disponível em <https://radialistamocambique.wordpress.com/2015/07/07/mocambique-falha-prazo-de-migracao-digital/> [consultado a 31 de Dezembro de 2021]

O Governo moçambicano adoptou as recomendações da UIT em sessão do Conselho de Ministros de 7 de Dezembro de 2010, escolheu o padrão tecnológico Europeu designado *Digital Video Broadcast Terrestrial (DVB-T)* e criou a Comissão Nacional de Migração Digital (COMID), uma comissão intersectorial para a elaboração de uma Estratégia de Migração da Radiodifusão Analógica para Digital⁵. O actual modelo de migração digital foi adoptado a partir dos trabalhos da COMID.

Migração digital manipulada para beneficiar a elite governante?

Para garantir a migração digital, o Governo de Moçambique lançou um concurso público internacional a fim de seleccionar a empresa que iria financiar e implementar o processo⁶. Sem surpresa, em Outubro de 2016, o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM) anunciou a adjudicação do Concurso Público número 09/UGEA/INCM/2016 à StarTimes Software Technologies Ltd. para implementar a migração digital em Moçambique.

A adjudicação da migração digital à StarTimes era apenas a formalização de uma decisão que, na verdade, havia sido tomada seis (06) anos antes⁷.

Em Junho de 2010, uma delegação do Governo moçambicano visitou a China para negociar financiamento a vários projectos com o Exim Bank (Banco de Exportação e Importação) daquele país. No leque dos projectos, estava incluído a digitalização da radiodifusão. O Exim Bank aceitou a conceder o financiamento, mas condicionou que a migração digital fosse executada por uma empresa chinesa, no caso, a StarTimes Software Technologies Ltd.

No dia 17 de Junho de 2010, Aires Ali, na altura Primeiro-Ministro, e o presidente da StarTimes Group, Xin Xing Pang chegaram a acordo sobre o financiamento e a concessão da execução da migração digital à empresa chinesa⁸.

Nessa mesma data, 17 de Junho de 2010, era registada, na Conservatória de Registo de Entidades Legais de Maputo, por um cidadão moçambicano então gestor de negócios da família Guebuza, de nome Dino Mamudo, uma empresa denominada StarTimes Mozambique Media Company Limitada. Foram declarados sócios da recém registada empresa, a SDTV Holdings, empresa com sede nas Ilhas Maurícias, como 85% do capital, e os restantes 15% ficaram com Focus 21 – Gestão e Desenvolvimento Limitada, holding da família Armando Guebuza, presidente das República, na altura dos factos.

The Mozambican government adopted the ITU recommendations at the Council of Ministers session on 7 December 2010, chose the European technological standard called Digital Video Broadcast Terrestrial (DVB-T) and created the National Digital Migration Commission (COMID), an intersectoral commission to prepare a Strategy for Migration from Analogue to Digital Broadcasting. The current digital migration model was adopted from the work made by COMID.

Digital migration manipulated to benefit ruling elite?

To ensure the digital migration, the Government of Mozambique launched an international public tender to select the company that would finance and implement the process. Unsurprisingly, in October 2016, the National Institute of Communications of Mozambique (INCM) announced the award of Public Tender number 09/UGEA/INCM/2016 to StarTimes Software Technologies Ltd. to implement digital migration in Mozambique.

The awarding of the digital migration to StarTimes was merely the formalisation of a decision that had actually been taken six (06) years earlier⁵.

In June 2010, a Mozambican government delegation visited China to negotiate financing for several projects with that country's Exim Bank. Included in the range of projects was the digitization of broadcasting. The Exim Bank agreed to grant the funding, but conditioned that the digital migration was carried out by a Chinese company, in this case StarTimes Software Technologies Ltd.

On 17 June 2010, Aires Ali and the chairman of Star Times Group, Xin Xing Pang reached an agreement on financing and granting the implementation of the digital migration to the Chinese company⁶.

On that same date, 17 June 2010, a company called StarTimes Mozambique Media Company Limited was registered at the Legal Entities Registry Office in Maputo, by a Mozambican citizen then business manager of the Guebuza family, by the name of Dino Mamudo Foi. The newly registered company was declared a partner of SDTV Holdings, a company based in Mauritius, with 85% of the capital, and the remaining 15% went to Focus 21 - Gestão e Desenvolvimento Limitada, the holding company of the Armando Guebuza family, president of the Republic at the time of the facts.

5 - Joanguete, C. (2014). Televisão digital - Actual debate de mudança no cenário mediático moçambicano. *RJR* (34). Disponível em : <https://www.researchgate.net/publication/326199054> [consultado a 31 de Dezembro de 2021]

6 - AIM (2016). Moçambique lança concurso internacional para migração digital. Disponível em <https://portaldogoverno.gov.mz/index.php/por/Imprensa/Noticias/Mocambique-lanca-concurso-internacional-para-migracao-digital> [Consultado a 01 de Dezembro de 2021]

7 - Machel, M. (2011). Um negócio da china para a família Guebuza. *CIP*. Disponível em https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/07/98_CIP_Newsletter11.pdf [consultado a 31 de Dezembro de 2021]

8 - O País (2011). Governo quer construir edifício para Conselho de Ministros. Disponível em <http://www.opais.co.mz/index.php/politica/63-politica/7031-governo-quer-construir-edificio-para-conselho-de-ministros.html>. [consultado a 31 de Dezembro de 2021]

5 - Machel, M. (2011). Um negócio da china para a família Guebuza. *CIP*. Disponível em https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/07/98_CIP_Newsletter11.pdf [consultado a 31 de Dezembro de 2021]

6 - O País (2011). Governo quer construir edifício para Conselho de Ministro. Disponível em <http://www.opais.co.mz/index.php/politica/63-politica/7031-governo-quer-construir-edificio-para-conselho-de-ministros.html>. [consultado a 31 de Dezembro de 2021]

Primeiro, ajuste directo e depois o concurso

No dia 01 de Abril de 2014, o então Ministro dos Transportes e Comunicações, Gabriel Muthisse, assinou acordo através do qual o Governo entregava o processo de migração digital da radiodifusão em Moçambique à empresa do grupo chinês StarTimes Software Technologies Ltd. Tratava-se de um ajuste directo, sem concurso público.

Gabriel Muthisse justificou a modalidade de contratação alegando que se deveu ao modelo escolhido para custear o processo de migração digital, que impunha a indicação de uma empresa do país que financia o projecto⁹.

“Optámos pelo financiamento do Banco de Exportações e Importações (EXIM BANK) da China e, por isso, vamos trabalhar com a StarTimes Software Technology no processo de migração da radiodifusão”, explicou o então Ministro dos Transportes e Comunicações, Gabriel Muthisse, momentos após assinatura do contrato com a StarTimes.

Um negócio da Família Guebuza

A migração digital é negócio da empresa da família Guebuza, a Focus 21 Gestão e Desenvolvimento Limitada, ou simplesmente Focus 21, que detém 15% do capital social da StarTimes Media Company Mozambique, Limitada.

Na altura, a Focus 21 tinha 100 milhões Mts de capital distribuído entre Armando Guebuza e seus filhos, na seguinte proporção.

- Armando Emílio Guebuza, com 80%, equivalentes a 80 milhões de meticais
- Armando Ndambi Guebuza, com 5%, equivalente a 5 milhões de meticais
- Mussumbuluko Armando Guebuza, com 5%, equivalentes a 5 milhões de meticais
- Valentina da Luz Guebuza (já falecida), com 5%, equivalentes a 5 milhões de meticais
- Norah Armando Guebuza, com 5%, equivalentes a 5 milhões de meticais

A StarTimes de Moçambique é materialmente a representação local da StarTimes Software Technologies Ltd. Todo o trabalho técnico da migração digital foi executado pela StarTimes de Moçambique. Até o processo de intermediação entre a StarTimes Software Technologies Ltd e o INCM, no Concurso Público número 09/UGEA/INCM/2016, foi intermediado pela StarTimes de Moçambique. Portanto, não há diferença material entre as duas empresas, a StarTimes da China e a StarTimes de Moçambique.

9 - NHAMIRRE, B (2014). A Consumação do Alerta Do CIP: Migração Digital entregue à Empresa da Família Presidencial; CIP: Maputo

First, direct award and then the tender

On 01 April 2014, the former Minister of Transport and Communications, Gabriel Muthisse, signed an agreement whereby the government handed over the process of digital migration of broadcasting in Mozambique to the Chinese group company StarTimes Software Technologies Ltd. This was a direct award, without a public tender.

Gabriel Muthisse justified the contracting modality by claiming that it was due to the model chosen to fund the digital migration process, which imposed the appointment of a company from the country financing the project⁷.

“We opted for financing from China’s Export-Import Bank (EXIM BANK) and so we will be working with Startimes Software Technology in the broadcasting migration process,” explained the former Minister of Transport and Communications, Gabriel Muthisse, moments after signing the contract with Star Times.

A Guebuza Family business

The digital migration is a business of the Guebuza family company, Focus 21 Gestão e Desenvolvimento Limitada, or simply Focus 21, which owns 15% of the share capital of Startimes Media Company Mozambique, Limitada.

At the time, Focus 21 had 100 million Mts of capital distributed between Armando Guebuza and his children, as follows:

- Armando Emílio Guebuza, holding 80%, equal to 80 million meticais
- Armando Ndambi Guebuza, holding 5% equal to 5 million meticais
- Mussumbuluko Armando Guebuza, holding 5% equal to 5 million meticais
- Valentina da Luz Guebuza (deceased), holding 5%, equal to 5 million meticais
- Norah Armando Guebuza, holding 5% equal to 5 million meticais

StarTimes from Mozambique is materially the local representation of Star Times Software Technologies Ltd. All the technical work of the digital migration was executed by StarTimes from Mozambique. Even the intermediation process between StarTimes Software Technologies Ltd and INCM in the Public Tender number 09/UGEA/INCM/2016 was intermediated by Star Times from Mozambique. Therefore, there is no material difference between the two companies, Star Times of China and Star Times of Mozambique.

7 NHAMIRRE, B (2014). A Consumação do Alerta Do CIP: Migração Digital entregue à Empresa da Família Presidencial; CIP: Maputo

Em 2016, num contexto em que os doadores exigiam mais transparência nos negócios públicos, Sobretudo com a pressão exercida devido as dívidas ocultas, tendo até suspenso o apoio directo ao Orçamento do Estado, e, colocando como uma das condições para a retoma da ajuda mais transparência nos negócios do Estado, o Governo decidiu, então, cancelar a concessão da migração digital por ajuste directo e lançar um concurso público. O concurso foi manipulado para ser ganho pela mesma StarTimes, através de definição de especificações técnicas, prazos e composição de júri favoráveis, conforme explica-se a seguir.

Especificações técnicas desenhadas pela TMT, TVM e INCM

A elaboração das especificações técnicas do concurso ficou a cargo do Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique (INCM), da Televisão de Moçambique, E.P, (TVM) e da Empresa de Transporte, Multiplexação e Transmissão (TMT). A TMT fora constituída no dia 2 de Abril de 2014, tendo como accionistas três empresas públicas, as Telecomunicações de Moçambique, Rádio Moçambique e a Televisão de Moçambique.

A TMT foi constituída um dia após a adjudicação directa do sistema de migração digital à empresa StarTimes, anunciada no dia 1 de Abril de 2014, tendo como responsabilidades: codificar, multiplexar, transportar e difundir o sinal de radiodifusão televisiva digital terrestre no território nacional.

Portanto, desde a primeira adjudicação do processo de migração digital, a StarTimes Software Technologies Company, Lda que ocorreu em Abril de 2014 até à rescisão do contrato e anúncio do lançamento de um novo concurso, a StarTimes tinha que trabalhar em estreita colaboração com a TMT pois, esta empresa é que iria operacionalizar a rede de transporte e distribuição do sinal digital.

Quando foi tomada a decisão de lançar o concurso, a responsabilidade de elaborar as especificações técnicas ficaram a cargo da TMT, TVM e do INCM. Este é o primeiro sinal de manipulação do concurso na medida em que tanto a TMT como a TVM tinham uma relação privilegiada de trabalho com a StarTimes. Desta forma, a TVM e o TMT desenharam especificações técnicas à medida da StarTimes, afastando outros potenciais concorrentes.

Os documentos do concurso consultados mostram que na avaliação técnica, “das seis (6) propostas recebidas, apenas a proposta da StarTimes mostra(va)-se elegível em 100% e respondia todos os requisitos definidos como critérios de pré-qualificação e, conseqüentemente, qualificada para as etapas subsequentes (avaliação técnica, financeira e financiamento”. Naturalmente que as especificações técnicas foram desenhadas à medida da StarTimes.

Como se pode depreender, das seis empresas e consórcios que submeteram as suas propostas para a implementação da Migração Digital, somente o concorrente StarTimes, que

In 2016, in a context where the donors demanded more transparency in public business, especially with the pressure applied due to the hidden debts, having even suspended direct support to the State Budget, and placing more transparency in State business as one of the conditions for the resumption of aid, the Government then decided to cancel the concession of digital migration by direct adjustment and launch a public tender. The tender was manipulated to be won by StarTimes itself, through the definition of technical specifications, deadlines and the composition of a favourable jury, as explained below.

Technical specifications designed by TMT, TVM and INCM

The National Communications Institute of Mozambique (INCM), Televisão de Moçambique, E.P, (TVM) and Empresa de Transporte, Multiplexação e Transmissão (TMT) were responsible for drawing up the technical specifications for the tender. TMT was established on 2 April 2014, with three public companies as shareholders, Telecomunicações de Moçambique, Radio Moçambique and Televisão de Moçambique.

TMT was set up one day after the direct award of the digital migration system to the company Startimes, announced on 1 April 2014, with responsibility for encoding, multiplexing, transporting and broadcasting the digital terrestrial television broadcasting signal in the national territory.

Therefore, from the first award of the digital migration process to Startimes Software Technologies Company, Lda that occurred in April 2014 until the termination of the contract and the announcement of the launch of a new tender, Startimes had to work closely with TMT as it was this company that would operationalise the digital signal transport and distribution network.

When the decision to launch the tender was taken, TMT, TVM and INCM were responsible for drawing up the technical specifications. This is the first sign of manipulation of the tender insofar as both TMT and TVM had a privileged working relationship with Startimes. In this way TVM and TMT designed technical specifications tailored to Startimes' needs, thus driving away other potential bidders.

The tender documents consulted show that in the technical evaluation, “out of the six (6) bids received, only Startimes' bid was 100% eligible and met all the requirements defined as pre-qualification criteria and consequently qualified for the subsequent steps (technical evaluation, financial evaluation and financing”. Clearly, the technical specifications were tailor-made for StarTimes.

As can be seen, of the six companies and consortia that submitted their proposals for the implementation of the Digital Migration, only the competitor Startimes, which already had more than two years of knowledge of the process and working relationships with the main stakeholders in the process, managed to obtain 100% eligibility, thus excluding the proposals of the other competitors, still at the pre-qualification stage.

já tinha mais de dois anos de conhecimento do processo e relações de trabalho com os principais intervenientes no processo é que conseguiu obter 100% de elegibilidade, eliminando, por conseguinte, as propostas dos demais concorrentes, ainda na fase de pré-qualificação.

Prazo irrealista para a submissão das propostas

Um segundo aspecto que condicionou todo o concurso foi o prazo estabelecido para submissão das propostas por parte dos concorrentes. O concurso internacional foi lançado no dia 6 de Julho de 2016 sendo que a abertura das propostas estava marcada para o dia 10 de Agosto de 2016.

Apenas dois dias após o anúncio do concurso no jornal Notícias, mais concretamente no dia 8 de Julho de 2016, uma das empresas interessadas em participar do concurso, a Multichoice Moçambique, escreveu uma carta ao INCM solicitando a prorrogação do prazo de submissão das propostas, mostrando que o prazo avançado pelo INCM era impossível de cumprir, tendo em conta a dimensão do objecto do concurso.

Partindo do pressuposto de que as propostas seriam abertas no dia 10 de Agosto de 2016, as empresas interessadas, em participar deste concurso, teriam, sensivelmente, 6 semanas para preparar as suas propostas e submeterem à Unidade Gestora Executora de Aquisições do INCM.

Porém, estava-se em presença de um concurso internacional cujas especificidades do mesmo exigiam uma enorme complexidade técnica e a mobilização de equipas multidisciplinares para a viabilização das propostas apresentadas pelos diferentes concorrentes.

Segundo os documentos do concurso consultados, para além da Multichoice Moçambique, outras empresas interessadas no concurso enviaram cartas de protesto à INCM em relação ao período de tempo atribuído para a submissão das propostas técnicas e financeiras relativas ao concurso. Trata-se da Huawei Technologies, Teleconsultores Lda, a ZTE Corporation.

Perante as manifestações de protestos das empresas interessadas em participar do concurso, o presidente do INCM emite um ofício urgente dando ordens para que a UGEA da mesma instituição publicasse um anúncio no jornal Notícias, dando a conhecer a prorrogação do prazo do concurso. No dia 18 de Julho, foi publicado o anúncio da prorrogação do prazo do concurso até o dia 30 de Agosto de 2016. Com a prorrogação, o concurso passou a ter a duração de 55 dias, período de tempo ainda demasiado curto para um concurso internacional daquela dimensão, segundo especialistas consultados.

Nestes termos, mesmo após a prorrogação do concurso, algumas empresas tais como a Huawei Technologies e a ZTE Corporations, ainda solicitaram uma nova prorrogação dos prazos, pedido a que o INCM não atendeu.

Portanto, o prazo curto estabelecido para a submissão das propostas dos potenciais interessados em participar do con-

Unrealistic deadline for submitting proposals

A second aspect that conditioned the entire tender was the deadline set for bidders to submit their bids. The international tender was launched on 6 July 2016 and the opening of bids was scheduled for 10 August 2016.

Only two days after the announcement of the tender in the Notícias newspaper, more specifically on 8 July 2016, one of the companies interested in participating in the tender, Multichoice Mozambique, wrote a letter to the INCM requesting an extension of the deadline for submitting the bids, showing that the deadline set by the INCM was impossible to meet given the size of the object of the tender.

Assuming that tenders would be opened on 10 August 2016, companies interested in participating in this tender would have roughly 6 weeks to prepare their tenders and submit them to INCM's Procurement Executive Management Unit.

However, this was an international tender whose specificities required enormous technical complexity and the mobilization of multidisciplinary teams to make the proposals presented by the different competitors viable.

According to the tender documents consulted, in addition to Multichoice Mozambique, other companies interested in the tender, have sent letters of protest to INCM regarding the time period allocated for the submission of technical and financial proposals regarding the tender. These are Huawei Technologies, Teleconsultores Lda, ZTE Corporation.

In view of the protests of the companies interested in applying for the tender, the president of INCM issues an urgent letter ordering the UGEA of the same institution to publish an announcement in the Notícias newspaper, informing of the extension of the tender deadline. On 18 July the announcement of the extension of the tender deadline until 30 August 2016 was published. With the extension, the tender period is now 55 days, which is still too short for an international tender of that dimension, according to experts consulted.

In these terms, even after the extension of the tender, some companies such as Huawei Technologies and ZTE Corporations, also requested a new extension of the deadlines, a request that INCM did not heed.

Therefore, the short deadline set for the submission of proposals from the potential interested parties to participate in the digital migration tender worked as a real impediment to the other tenderers and benefited Startimes that was already into the process for more than two years.

Another aspect was that the tender required bidders to seek funding to help make their proposals viable. In other words, companies or consortia had to identify a financial partner that would make their proposal viable by financing the digital migration project. It was also required that the financing should not be too onerous in terms of debt interest payments and preferably should be paid back as soon as possible, so as not to suffocate public accounts.

curso de migração digital funcionou como impedimento real aos demais concorrentes e beneficiou a StarTimes que já estava dentro do processo havia mais de dois anos.

Um outro aspecto prendia-se com o facto de o concurso exigir que as empresas concorrentes procurassem financiamento que ajudasse a viabilizar as propostas apresentadas, isto é, as empresas ou consórcios deviam identificar um parceiro financeiro que viabilizasse a sua proposta, financiando o projecto de migração digital. Exigia-se ainda que o financiamento não deveria ser demasiado oneroso em termos de pagamento dos juros da dívida e, de preferência, teria que ser pago no maior espaço de tempo possível, de modo a não sufocar as contas públicas.

A engenharia financeira imposta, aliada aos valores envolvidos nesta operação, tornava-se uma miragem de realizar em tão curto espaço de tempo. Somente um concorrente que tivesse acesso a informação privilegiada sobre o lançamento deste concurso com muita antecedência é que poderia conseguir, em tão curto espaço de tempo, apresentar as garantias de financiamento necessárias.

Boas práticas internacionais mostram que para um concurso daquela dimensão, em que os concorrentes deveriam, acima de tudo, apresentar também um parceiro que financiasse a implementação do processo, o período de submissão de propostas deveria ser no mínimo de 3 meses, para que houvesse tempo suficiente para as empresas deslocarem-se ao país onde se realiza o concurso, conhecerem as condições no terreno – técnico, materiais, infraestruturas, recursos humanos e financeiros, etc. – de modo a prepararem uma proposta realística.

A composição do júri do concurso

Uma das regras básicas, de modo a evitar-se conluio ou actos pouco transparentes nos processos de *procurement*, reside na segregação de tarefas. Isto é, de modo a evitar que os mesmos indivíduos ou instituições tenham controlo sobre todo o processo de procurement, é preciso que haja uma clara divisão de tarefas. Por exemplo, quem identifica as necessidades de aquisição, não pode ser o mesmo que desenha as especificações técnicas do concurso, recebe as propostas e faz a respectiva avaliação.

Contudo, no concurso que culminou com a atribuição da migração digital à StarTimes, o júri era composto pelo Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique, que era a entidade contratante; a Empresa de Transporte, Multiplexação e Transmissão (TMT); a Televisão de Moçambique; o Ministério das Finanças e as Telecomunicações de Moçambique.

Ora, parte do júri, mais concretamente a TMT e a Televisão de Moçambique, já tinha participado no processo de concepção das especificações técnicas, para além de que possuíam uma relação de mais de dois anos de trabalho com um dos concorrentes, no caso concreto a StarTimes. Obviamente, que tal relação constituiu uma vantagem para esta empresa no momento de tomada de decisão sobre adjudicação do concurso.

The financial engineering imposed, allied to the amounts involved in this operation, made it a mirage to be carried out in such a short period of time. Only a bidder that had access to privileged information about the launch of this tender a long time before could manage to present the necessary financing guarantees in such a short period of time.

Good international practices show that for a tender of that dimension, in which the bidders should above all also present a partner that will finance the implementation of the process, the period for submitting proposals should be at least 3 months so that there is enough time for the companies to travel to the country where the tender takes place, get to know the conditions on the ground - technical, materials, infrastructures, human and financial resources, etc - in order to prepare a realistic proposal.

The composition of the competition jury

One of the basic rules to avoid collusion or non-transparent acts in procurement processes is the segregation of tasks. In other words, in order to avoid the same individuals or institutions having control over the whole procurement process, it is necessary to have a clear division of tasks. For example, the person who identifies the procurement needs cannot be the same person who designs the technical specifications for the tender, receives the bids and makes the respective evaluation.

However in the tender that led to StarTimes being awarded the digital migration, the jury was composed of the Mozambique National Communications Institute, which was the contracting entity, the Transport, Multiplexing and Transmission Company (TMT), Televisão de Moçambique, the Ministry of Finance and Telecommunications of Mozambique.

However, part of the jury, specifically TMT and Televisão de Moçambique, had already participated in the process of designing the technical specifications, besides having a working relationship of more than two years with one of the competitors, in this case StarTimes. This obviously constituted an advantage for this company when it came to deciding on the award of the tender.

The argument put forward by the Mozambique National Institute of Communications for the constitution of the jury is based on the fact that it is made up of entities that have a direct interest in the project. However, this tender already had a history of direct adjustment, and one of the competing companies was exactly the one that had already been awarded the tender and, therefore, had a relationship with some of the institutions that made up the jury.

StarTimes in double role

After winning the tender for the implementation of the digital migration, StarTimes became part of TMT's shareholder structure. At TMT's General Meeting held on 20 September 2017, it was decided to remove TDM from TMT's shareholder structure, assigning all its shares to TVM and RM. On the

O argumento avançado pelo Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique, para a constituição do júri, baseia-se no facto de o mesmo ser constituído pelas entidades que têm interesse directo no projecto. Porém, este concurso já tinha um historial de ajuste directo, sendo que uma das empresas concorrentes era exactamente aquela que já havia sido adjudicada o concurso e, por conseguinte, tinha uma relação com algumas das instituições que compunham o júri.

StarTimes em duplo papel

Depois de ganhar o concurso de implementação da migração digital, a StarTimes passou a integrar a estrutura accionista da TMT. Em Assembleia Geral da TMT realizada a 20 de Setembro de 2017, ficou decidida a saída da TDM da estrutura accionista da TMT, cedendo a totalidade das suas acções à TVM e RM. Por outro lado, foi deliberada a entrada da StarTimes na estrutura societária da TMT¹⁰. Outra empresa que passou a fazer parte da estrutura accionista da TMT é a Hantex International Co. Limitada, com sede nas Maurícias.

Sucede, porém, que a mesma StarTimes é provedora de serviços de televisão digital em Moçambique, competindo com outras empresas que têm a mesma actividade. Porém, por outro lado, a StarTimes está na estrutura societária da TMT, fazendo com que também realize serviços de processamento, transporte, distribuição, e emissão de sinais de rádio e televisão digital.

Em termos práticos, isto significa que a TMT distribui conteúdos de canais de televisão nacional por meio de contrato com estes canais, no entanto, passa os meios canais para a StarTimes, que os distribui de igual modo. Ou seja, neste momento a StarTimes tem duas plataformas de distribuição de televisão digital, nomeadamente a própria StarTimes e a TMT.

Esta situação carece de uma melhor regulação pelo INCM, na medida em que a StarTimes coloca-se em situação de vantagem desleal em relação à concorrência. Há casos conhecidos de disputas entre canais de televisão produtoras de conteúdos que, tendo acordos para transmissão através da TMT, canais a ser transmitidos pela StarTimes, sem que houvesse acordos de transmissão entre as partes.

Por outro lado, sem consulta pública, a TMT que taxas passaria a cobrar às empresas privadas de televisão, pela transmissão do sinal? Segundo um artigo do Jornal Savana, a partir de Janeiro de 2022 a TMT anunciou que cada uma das televisões, para ter acesso ao sinal digital, deveria pagar 635 mil meticais por mês, o que, segundo a mesma publicação, deixou os gestores das televisões privadas preocupados, visto tratar-se de um valor inabarcável¹¹.

Na sequência desta decisão da TMT, emergiu um conflito com alguns canais de televisão privada, que retiraram, temporariamente, os seus canais da TMT, vendendo assim o cidadão de aceder aos mesmos canais. O conflito foi resolvido, temporariamente, mas, há risco do mesmo voltar a acontecer

other hand, the entry of StarTimes into the corporate structure of TMT was resolved. Another company that joined the shareholder structure of TMT is Hantex International Co. Limited, based in Mauritius.

However, StarTimes is a provider of digital television services in Mozambique, competing with other companies that have the same activity. However, on the other hand, StarTimes is in the corporate structure of TMT, which also provides services of processing, transport, distribution and broadcasting of radio and digital television signals.

In practical terms, this means that TMT distributes national television channels' contents through a contract with these channels, but passes the channels' media to StarTimes, which distributes them in the same way. That is, at present StarTimes has two digital television distribution platforms, namely StarTimes itself and TMT.

This situation needs a better regulation by the INCM, as StarTimes puts itself in a situation of unfair advantage in relation to the competition. There are known cases of disputes between television channels producing contents that having agreements for transmission through TMT, channels to be transmitted by StarTimes, without there being transmission agreements between the parties.

On the other hand, without public consultation, TMT is charging fees that it would start charging to private television companies for signal transmission. According to an article in Savana newspaper, TMT announced that as of January 2022, each television company would have to pay 635 thousand meticais per month to have access to the digital signal, which according to the same publication, left the managers of private television companies worried, since it is an unaffordable amount.⁸

Following this decision by TMT, a conflict arose with some private television channels, which temporarily withdrew their channels from TMT, thus barring citizens from accessing the same channels. The conflict has been temporarily resolved but there is a risk of it happening again if the regulator does not take a decision to cancel the payment fees by the televisions proven to TMT.

A strange public funding for private business

Both by shareholding structure and operating model, TMT is a private business, owned by public companies - TVM and RM - with 30% shares each. In the meantime, TMT has received public funding for the execution of its business.

Although the public tender that led to the award of the digital migration to StarTimes provided in the technical specifications that the winner should mobilise funding for the execution of the project, it was the Mozambican government that borrowed US\$156 million from China's Exim Bank on 27 Feb-

¹⁰ Cfr. Boletim da República Nr. 36, III Série de 21 de Fevereiro de 2019, p. 1054

¹¹ Senda, R. (2021). Penumbra em torno do negócio da migração digital - Interesses obscuros asfixiam televisões privadas. Savana, Ano XXXVIII, N.1421, p. 06

⁸ Senda, R. (2021). Penumbra em torno do negócio da migração digital - Interesses obscuros asfixiam televisões privadas. Savana, Ano XXXVIII, N.1421, p. 06

caso o regulador não tome decisão de anular as taxas de pagamentos pelas televisões privadas à TMT.

Um estranho financiamento público para negócio privado

Tanto pela estrutura accionista como pelo modelo de funcionamento, a TMT é um negócio privado, participado por empresas públicas – a TVM e RM – com 30% de ações cada. Entretanto, a TMT beneficiou de um financiamento público para a execução do seu negócio.

Apesar do concurso público que levou à adjudicação da migração digital à StarTimes prever, nas especificações técnicas, que o vencedor devia mobilizar financiamento para a execução do projecto, foi o Governo de Moçambique que contraiu empréstimo no valor de 156 milhões de dólares, junto do Exim Bank da China, no dia 27 de Fevereiro de 2017. O valor é destinado ao financiamento do Projecto de Migração Analógica para Digital¹².

Em termos práticos, o Governo endividou para financiar um serviço público de migração digital, mas que é realizado por uma empresa privada. O serviço da dívida pela que financiou a migração digital será pago pelo erário público, segundo fontes do Ministério das Fianças consultadas. As mesmas fontes referem tratar-se de crédito concessional, com taxa de reembolso bonificados. Pedido de partilha de informação sobre os detalhes do referido crédito foram submetidos ao Ministério das Finanças, sem resposta.

Para este tipo de serviços, um modelo ideal de financiamento seria através de uma Parceria Público-Privada (PP), em que a entidade contratada mobiliza o financiamento, podendo ser com garantias do Governo. Para o pagamento do crédito, a entidade contratada iria cobrar taxas pelos serviços prestados, no caso da distribuição de serviços televisivos.

É igualmente estranho que para transmitir canais nacionais através do seu sinal, a TMT exige pagamento destes, não estando neste momento especificado quanto deve, cada canal, pagar para poder transmitir na grelha da TMT. Esta é uma inversão dos negócios de transmissão de conteúdos televisivos, na medida em que os demais provedores de televisão digital pagam aos canais de televisão produtora de conteúdos para que estes possam ser transmitidos nos canais.

Descodificadores MT vendidos ao preço do mercado

Os descodificadores da TMT que são necessários para garantir o acesso aos serviços de televisão digital estão à venda e ao preço do mercado. Quando ainda se debatia o processo da migração digital, havia proposta de que os descodificadores fossem subsidiados pelo Estado para permitir a gratuidade do serviço público de televisão. Antes da migração digital, o

ruary 2017. The amount is for the financing of the Analogue to Digital Migration Project⁹.

In practical terms, the Government has taken on debt to finance a public service of digital migration, but which is carried out by a private company. The debt service that financed the digital migration will be paid by the public treasury, according to sources at the Ministry of Finance that were consulted. The same sources refer to a concessional credit, with a low repayment rate. Requests to share information about the details of the said credit were submitted to the Ministry of Finance, with no reply.

For this type of service, an ideal financing model would be through a Public-Private Partnership (PP), in which the contracted entity mobilises financing, which may be with Government guarantees. For the payment of the credit, the contracted entity would charge fees for the services rendered, in the case of distribution of television services.

It is also strange that in order to transmit national channels through its signal, TMT demands payment from them, not being specified at this moment how much each channel must pay in order to be able to transmit on TMT's grid. This is an inversion of the business of transmission of television contents, in the sense that the other digital television providers pay the television channels producing contents so that these can be transmitted on the channels.

MT decoders sold at market price

TMT's decoders that are necessary to guarantee access to digital television services are for sale and at market price. When the digital migration process was still being debated, it was proposed that decoders be subsidised by the State to allow free public television service. Before digital migration, the analogue television signal was free. All you needed was a television receiver and an antenna and you could access open national channels.

With the digital migration it became necessary to have a decoder to connect to the TV set. TMT decoders are on sale for 999 meticaís, but can reach 1500 meticaís at retailers. This is the market price of a digital television signal decoder, and there are even some cheaper ones, such as the Gotv decoder that costs about 700 meticaís.¹⁰

Professor Celestino Joanguente, author of the work "The migration to digital television in Mozambique: Process, business model and conflicts" published in 2021, defends, for example, the public broadcasting model in which nothing can be charged to the consumer, because he believes that the taxpayer must have given a large part of his finances for the operation of this television, so he cannot have increased costs in relation to this television¹¹.

9 - Resolução n.º 11/2017 de 22 de Março, Boletim da República Nr. 45, I Série, de 22 de Março de 2017

10

11 - Zucula, J. (2021). Pesquisador diz que TMT pode estar a transformar serviço público em negócio. *O País*, 02/10/2021. Disponível em <https://www.opais.co.mz/pesquisador-diz-que-tmt-pode-estar-a-transformar-servico-publico-em-negocio/> [Consultado a 03 de Dezembro de 2021].

12 - Resolução n.º 11/2017 de 22 de Março, Boletim da República Nr. 45, I Série, de 22 de Março de 2017

sinal de televisão analógico era gratuito. Bastava ter aparelho receptor da televisão e uma antena externa, era possível aceder aos canais abertos nacionais.

Com a migração digital passou a ser necessário possuir descodificador para conectar ao televisor. Os descodificadores da TMT estão à venda ao preço de 999 meticais, mas chega a atingir 1500 meticais nos revendedores¹³. Este é o preço do mercado de um descodificador de sinal de televisão digital, havendo até alguns mais baratos como da Gotv que custa cerca de 700 meticais¹⁴.

Professor Celestino Joanguente, autor da obra “A migração para a televisão digital em Moçambique: Processo, modelo de negócio e conflitos” publicada em 2021, defende, por exemplo, o modelo público de radiodifusão em que nada pode ser imputado ao consumidor, pois entende que o contribuinte deve ter dado boa parte das suas finanças para o funcionamento desta televisão, então não pode ter custos acrescidos em relação a essa televisão¹⁵.

Parte do valor do empréstimo dos 156 milhões dólares, contraídos pelo Governo de Moçambique junto do Exim Bank da China podia ser usado para financiar a aquisição de descodificadores ou no mínimo subsidiá-los, para garantir que a migração digital não signifique exclusão das famílias mais desfavorecidas de acesso aos serviços de televisão pública.

Part of the value of the US\$156 million loan, borrowed by the Government from China's Exim Bank, could be used to finance the acquisition of decoders or at least provide subsidies to ensure that digital migration does not mean the exclusion of the most disadvantaged families from access to public television services.

13 - Zucula, J. (2021). Já começou a dor de cabeça com descodificadores da TMT.... *O País*, 23/09/2021. Disponível em <https://www.opais.co.mz/ja-comecou-a-dor-de-cabeca-com-descodificadores-da-tmt/> [Consultado a 03 de Dezembro de 2021]

14

15 - Zucula, J. (2021). Pesquisador diz que TMT pode estar a transformar serviço público em negócio. *O País*, 02/10/2021. Disponível em <https://www.opais.co.mz/pesquisador-diz-que-tmt-pode-estar-a-transformar-servico-publico-em-negocio/> [Consultado a 03 de Dezembro de 2021].

Referências

- AIM (2016). Moçambique lança concurso internacional para migração digital. Disponível em <https://portaldogoverno.gov.mz/index.php/por/Imprensa/Noticias/Mocambique-lanca-concurso-internacional-para-migracao-digital> [Consultado a 01 de Dezembro de 2021];
- INCM (2020). PR em Cazuzu: TV via satélite contribui para redução do fosso digital. Disponível em <https://www.incm.gov.mz/index.php/sala-de-imprensa/noticias/405-pr-em-cazuzu-tv-via-satelite-contribui-para-reducao-do-fosso-digital> [consultado a 02 de Dezembro de 2021]
- INCM (2021). Migração digital - CONCLUSÃO DO DESLIGAMENTO DOS EMISSORES DE TELEVISÃO ANALÓGICOS. Comunicado de Imprensa.
- INE (2019). Resultados do Censo 2017 - apresentação final. Disponível em <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/apresentacao-resultados-do-censo-2017-1/view> [consultado a 02 de Dezembro de 2021]
- Joanguete, C. (2014). Televisão digital - Actual debate de mudança no cenário mediático moçambicano. *RJR* (34). Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/326199054> [consultado a 31 de Dezembro de 2021]
- Machel, M. (2011). Um negócio da china para a família Guebuza. *CIP*. Disponível em https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/07/98_CIP_Newsletter11.pdf [consultado a 31 de Dezembro de 2021]
- Matimbe, A. (2015) Moçambique Falha Prazo de Migração Digital, disponível em <https://radialistamocambique.wordpress.com/2015/07/07/mocambique-falha-prazo-de-migracao-digital/> [consultado a 31 de Dezembro de 2021]
- NHAMIRRE, B (2014). A Consumação do Alerta Do CIP: Migração Digital entregue à Empresa da Família Presidencial; Disponível em <https://silo.tips/download/migraao-digital-entregue-a-empresa-da-familia-presidencial>. [Consultado a 31 de Dezembro de 2021]
- País (2011). Governo quer construir edifício para Conselho de Ministros. Disponível em <http://www.opais.co.mz/index.php/politica/63-politica/7031-governo-quer-construir-edificio-para-conselho-de-ministros.html>. [consultado a 31 de Dezembro de 2021]
- Senda, R. (2021). Penúmbra em torno do negócio da migração digital - Interesses obscuros asfixiam televisões privadas. *Savana*, Ano XXXVIII, N.1421, p. 06

References

- AIM (2016). Moçambique lança concurso internacional para migração digital. Available in <https://portaldogoverno.gov.mz/index.php/por/Imprensa/Noticias/Mocambique-lanca-concurso-internacional-para-migracao-digital> [Accessed in 1 December 2021];
- INCM (2020). PR em Cazuzu: TV via satélite contribui para redução do fosso digital. Available in <https://www.incm.gov.mz/index.php/sala-de-imprensa/noticias/405-pr-em-cazuzu-tv-via-satelite-contribui-para-reducao-do-fosso-digital> [Accessed in 02 December de 2021]
- INCM (2021). Migração digital - CONCLUSÃO DO DESLIGAMENTO DOS EMISSORES DE TELEVISÃO ANALÓGICOS. *Press Release*.
- INE (2019). Resultados do Censo 2017 - apresentação final. Available in <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/apresentacao-resultados-do-censo-2017-1/view> [Accessed in 02 December de 2021]
- Joanguete, C. (2014). Televisão digital - Actual debate de mudança no cenário mediático moçambicano. *RJR* (34). Available in: <https://www.researchgate.net/publication/326199054> [Accessed in 31 December 2021]
- Machel, M. (2011). Um negócio da china para a família Guebuza. *CIP*. Available in https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/07/98_CIP_Newsletter11.pdf [accessed in 31 December 2021]
- Matimbe, A. (2015) Moçambique Falha Prazo de Migração Digital. Available in <https://radialistamocambique.wordpress.com/2015/07/07/mocambique-falha-prazo-de-migracao-digital/> [Accessed in 31 December 2021]
- NHAMIRRE, B (2014). A Consumação do Alerta Do CIP: Migração Digital entregue à Empresa da Família Presidencial; Available in <https://silo.tips/download/migraao-digital-entregue-a-empresa-da-familia-presidencial> [Accessed in 31 December 2021]
- País (2011). Governo quer construir edifício para Conselho de Ministros. Available in <http://www.opais.co.mz/index.php/politica/63-politica/7031-governo-quer-construir-edificio-para-conselho-de-ministros.html>. [Accessed in 31 de December 2021]
- Senda, R. (2021). Penúmbra em torno do negócio da migração digital - Interesses obscuros asfixiam televisões privadas. *Savana*, Ano XXXVIII, N.1421, p. 06

- Zucula, J. (2021). Já começou a dor de cabeça com descodificadores da TMT.... *O País*, 23/09/2021. Disponível em <https://www.opais.co.mz/ja-comecou-a-dor-de-cabeca-com-descodificadores-da-tmt/> [Consultado a 03 de Dezembro de 2021]
- Zucula, J. (2021). Pesquisador diz que TMT pode estar a transformar serviço público em negócio. *O País*, 02/10/2021. Disponível em <https://www.opais.co.mz/pesquisador-diz-que-tmt-pode-estar-a-transformar-servico-publico-em-negocio/> [Consultado a 03 de Dezembro de 2021].

Legislação

- Boletim da República Nr. 36, III Série de 21 de Fevereiro de 2019;
- Resolução n.º 11/2017 de 22 de Março, Boletim da República Nr. 45, I Série, de 22 de Março de 2017

- Zucula, J. (2021). Já começou a dor de cabeça com descodificadores da TMT.... *O País*, 23/09/2021. Available in <https://www.opais.co.mz/ja-comecou-a-dor-de-cabeca-com-descodificadores-da-tmt/> [Accessed in 3 December 2021]
- Zucula, J. (2021). Pesquisador diz que TMT pode estar a transformar serviço público em negócio. *O País*, 02/10/2021. Available in <https://www.opais.co.mz/pesquisador-diz-que-tmt-pode-estar-a-transformar-servico-publico-em-negocio/> [Accessed in 3 de December 2021].

Legislation

- Boletim da República Nr. 36, III Série de 21 de Fevereiro de 2019;
- Resolution Nr. 11/2017 of 22 March, *Boletim da República* Nr. 45, I Série, de 22 de Março de 2017



Parceiros / Partners:



CFLI/FCIL
Fundo Canadá para
Iniciativas Locais

Canada 